

O controle de Israel de 97% da Palestina histórica | Carta semanal 19 (2025)



Malak Mattar (Palestina), *Se as oliveiras soubessem*, 2025.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Em 1948, o recém-proclamado governo de Israel confiscou **78%** das terras palestinas e expulsou mais da metade de sua população (750 mil pessoas) de suas aldeias e cidades. Esse ato ignorou a **Resolução 181** (1947) da Assembleia Geral das Nações Unidas, que previa o fim do Mandato Colonial Britânico e a divisão da Palestina em um Estado Palestino e um Estado Judeu. Esse processo ficou conhecido como Nakba [Catástrofe].

Os palestinos se refugiaram na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental e nos Estados árabes vizinhos, na esperança de que pudessem retornar em breve para suas casas. De fato, a **Resolução 194** (1948) da Assembleia Geral da ONU pontuou que “os refugiados que desejam retornar às suas casas e viver em paz

com seus vizinhos devem ter permissão para fazê-lo o mais breve possível, e uma indenização deve ser paga”. Nada disso jamais aconteceu — os palestinos ainda estão à espera do “mais breve possível”.

Em setembro de 1948, os palestinos **organizaram** às pressas o Governo de “Toda a Palestina em Gaza”, uma tentativa de exercer soberania sobre suas terras roubadas. Muitos de seus funcionários, incluindo o primeiro-ministro Ahmed Hilmi Pasha Abd al-Baqi (1882-1963) e o ministro das Relações Exteriores Jamal al-Husseini (1894-1982), vieram de famílias da elite palestina, com uma visão política moldada pela angústia de sua grande ruína. Após os Acordos de Armistício de 1949, assinados entre Israel e seus Estados vizinhos — Egito, Líbano, Jordânia e Síria após a guerra de 1948 —, a maior parte do território que não foi ocupado por Israel ficou sob o controle da Jordânia e do Egito: a Jordânia controlava o que hoje é a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e a Faixa de Gaza era administrada pelo Egito.

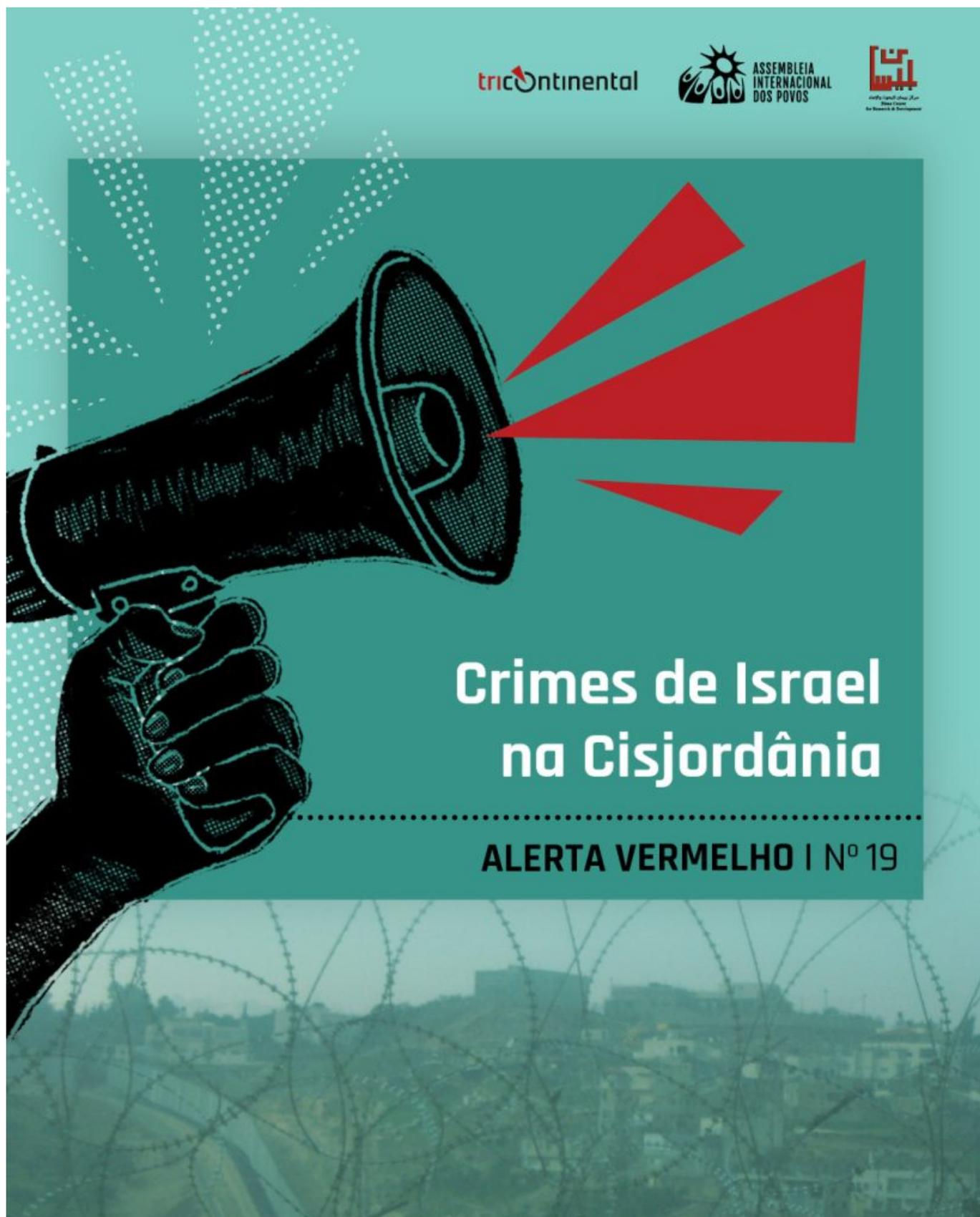


Samah Shihadi (Palestina), *Pausa para a colheita n. 1*, 2017.

Em 1967, Israel invadiu a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza. As forças de paz da ONU fugiram da região. Pelo menos outros 750 mil palestinos **fugiram** de suas terras nesse segundo êxodo, mais tarde chamado de Naksa [Retrôcesso]. Naquele mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a **Resolução 242**, solicitando que Israel encerrasse a ocupação dessas três regiões. A partir daí, a ONU passou a se referir formalmente a essas áreas como “territórios ocupados por Israel desde 1967”. Em outubro de 1999 — após a criação do Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários no ano anterior — a instituição **adotou** o termo Território Palestino Ocupado (TPO) como sua designação oficial para se referir a Gaza e à

Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, fazendo referência direta à linguagem de “territórios ocupados” usada na **Quarta Convenção de Genebra** de 1949. Essa designação torna a ocupação contínua dos TPO por Israel ilegal segundo o direito internacional, incluindo as colônias na Cisjordânia, e o **muro** ao redor dessa região, bem como a anexação de Jerusalém Oriental e o **cercos a Gaza**.

Desde outubro de 2023, Israel intensificou seu **genocídio** contra palestinos em Gaza. As ações israelenses também se intensificaram em outras partes dos TPO — Cisjordânia e Jerusalém Oriental — embora não tenham recebido a atenção que merecem devido à terrível violência em Gaza. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social firmou parceria com o Centro Bisan de Pesquisa e Desenvolvimento (Ramallah, Palestina) para produzir o **alerta vermelho n. 19**, *Crimes de Israel na Cisjordânia*, sobre a situação na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Desde sua fundação em 1989, o Centro Bisan, com foco especial nos direitos das mulheres, tem sido um dos principais institutos de pesquisa social na Palestina (seu **relatório de 2011**, por exemplo, é um texto histórico sobre violência de gênero nos TPO). Neste alerta vermelho, simplesmente apresentaremos os fatos — conforme documentados pelas Nações Unidas — sobre o ataque à sociedade palestina nesses setores dos TPO.



Oslo II e os Territórios Palestinos Ocupados

Em setembro de 1995, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o governo israelense **assinaram**

o Acordo Interino Israelense-Palestino sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (Oslo II), que deu início a um processo visando a criação de um Estado palestino adjacente a Israel em partes do Território Palestino Ocupado (TPO). Os TPO **representam** apenas 22% da Palestina histórica (definida como o território que estava sob o Mandato Britânico). Em outras palavras, os palestinos receberam menos de um quarto de suas terras históricas e, mesmo sobre essas terras, têm pouca ou nenhuma autoridade. Após o acordo interino, a Cisjordânia foi dividida em **três áreas**:

1. Área A, que está tecnicamente sob total controle civil e de segurança palestino por meio da Autoridade Palestina, constitui aproximadamente 18% da Cisjordânia, ou 3,96% da Palestina histórica.
2. Área B, sob controle civil palestino por meio da Autoridade Palestina, mas efetivamente com controle de segurança israelense, representa cerca de 22% da Cisjordânia, ou 4,62% da Palestina histórica.
3. Área C, totalmente controlada por Israel, compreende mais de 60% da Cisjordânia, ou 13,42% da Palestina histórica.

Assim, de acordo com a lógica de Oslo II — e após a anexação de Jerusalém Oriental e a ocupação de Gaza — Israel controla 97% da Palestina histórica.



Rahaf Haj (Palestina), *Ali Choking no. 2*, 2024.

Sufocando os palestinos na Cisjordânia

As operações de Israel na Cisjordânia foram planejadas para tornar a vida insuportável para os palestinos. Os controles e restrições de **movimento** tornaram praticamente impossível para os palestinos educarem seus jovens e empregarem seus adultos. Antes de outubro de 2023, Israel operava **590 bloqueios** de estradas e postos de controle na Cisjordânia, número que **aumentou** para quase 900 desde então, resultando na paralisação quase completa das atividades humanas básicas. Tornou-se impossível para os palestinos acessarem água e terra para a produção agrícola, bem como a água potável necessária para uma vida digna. A **criminalização** da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) por Israel interrompeu severamente suas operações, impedindo que refugiados palestinos (aproximadamente um **quarto** dos palestinos que vivem na Cisjordânia) tenham acesso a serviços básicos de educação, saúde e emprego.

Deslocamento e confisco

Israel está realizando uma limpeza étnica na Cisjordânia, utilizando táticas como tiroteios, pogroms, violência sexual e destruição de casas e fazendas para expulsar pessoas de suas terras ainda mais rapidamente. Desde o início da Operação Muro de Ferro, em janeiro de 2025, o exército israelense deslocou à força 8.255 famílias palestinas de suas casas nos campos de refugiados de Jenin (3.840 famílias deslocadas), Nur Shams (1.910 famílias deslocadas) e Tulkarm (2.505 famílias deslocadas). Essas famílias são descendentes diretas dos refugiados palestinos que foram vítimas de limpeza étnica durante a Nakba de 1948, e tiveram seu direito de retorno negado desde então. Além desses campos de refugiados, as forças de ocupação de Israel — que incluem tanto o exército israelense formal quanto colonos israelenses armados — **expulsaram** 28 comunidades palestinas de suas terras entre janeiro de 2022 e setembro de 2023 e destruíram mais de 3.500 estruturas, incluindo casas, estábulos e cisternas de água na Cisjordânia, entre outubro de 2023 e abril de 2025.



Haneen Nazzal (Palestina), *Contra*, 2022.

Morte, prisão e tortura

Desde outubro de 2023, as forças de ocupação israelenses **mataram** aproximadamente 900 palestinos na Cisjordânia, incluindo pelo menos 190 crianças, e feriram outras 8.400. Esses números são provavelmente maiores devido à falta de organizações humanitárias para documentar adequadamente a violência perpetrada por Israel em uma área cujas instituições foram profundamente impactadas pelo genocídio e pela ocupação em curso. Desde o final de 2023, as forças de ocupação israelenses prenderam 15 mil palestinos, muitos sob a categoria de “detenção administrativa”, que não exige acusação formal (esses números provavelmente estão

deflacionados devido às severas restrições à representação legal). Desde 7 de outubro de 2023, houve mais de 65 casos documentados de palestinos assassinados em prisões, centros de detenção e campos de concentração israelenses. A violência sexual é rotineira nesses locais.

O Centro Bisan para Pesquisa e Desenvolvimento, a Assembleia Internacional dos Povos e o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social apelam a intelectuais, grupos da sociedade civil e organizações políticas e sociais para que prestem especial atenção aos acontecimentos não apenas em Gaza, mas também em outras partes dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). O genocídio e os crimes contra a humanidade em curso não podem ser ignorados ou seguir impunes.



Aude Abou Nasr (Líbano), *Gaza*, 2023.

Fadwa Hafez Tuqan nasceu na cidade palestina de Nablus em 1917. Quando ela faleceu em 2003, a cidade estava sob o comando militar israelense, no contexto da ocupação da Cisjordânia. O poeta Mahmoud Darwish lhe escreveu uma eulogia que refletia sobre como ela, assim como outros, precisava escrever poesia diante dos eventos devastadores de 1948 e 1967. “O que o poeta faz em períodos de catástrofe?”, **perguntou** Darwish. “De repente, o poeta deve sair de si mesmo para o exterior, e a poesia é a testemunha”. Um de seus **poemas** mais celebrados é *A gaivota e a negação da negação*, **publicado** em 15 de novembro de 1979 no semanário *Attali'ah*, de Jerusalém, que saiu de 1977 a 1995, carregando as vozes da esquerda palestina.

Cruzou o horizonte e dividiu a escuridão,
 Dominando o azul, disparando em asas de luz —
 Contorcendo-se, girando e ainda girando.
 Bateu na minha janela escura, e o silêncio ofegante estremeceu:
Pássaro, são boas as notícias que você traz?
 Contou-me seu segredo, e ainda assim não disse uma palavra.
 Então, a gaivota desapareceu.

Pássaro, minha ave marinha, agora eu sei
 Que durante tempos difíceis, permanecendo no túnel do silêncio,
 Todas as coisas mudam.
 Sementes brotam até mesmo no coração dos mortos,
 A manhã irrompe da escuridão.
 Eu sei agora,
 Enquanto ouço cavalos galopando, o chamado da morte ao longo das praias,
 Que quando o dilúvio vier,
 O mundo será purificado de suas tristezas.

Pássaro, minha ave marinha, surgindo das profundezas da escuridão,
 As bênçãos de Deus sobre você pelas boas notícias que você traz.
 Pois agora eu sei
 Algo aconteceu... o horizonte se abriu e a casa saudou a luz do dia.

Cordialmente,

Vijay